

KLEIBER, Georges (2001). *L'anaphore associative*, Paris: Presses Universitaires de France. 385 p. (Coleção "Linguistique Nouvelle")*.

Depois de dedicar à anáfora vários trabalhos importantes, e depois de participar por vários anos num projeto de pesquisa de grande envergadura dedicado ao tratamento do mesmo tema, Georges Kleiber (Universidade Max Bloch, Estrasburgo) retorna à anáfora com este alentado estudo monográfico, que enfoca especificamente uma de suas formas mais intrigantes, a chamada **anáfora associativa**. (daqui para frente, AA). O fenômeno é conhecido desde Gustave Guillaume, a quem remonta seu mais célebre exemplo em língua francesa, a seqüência (1), onde a relação de anáfora associativa estabelecida entre o sintagma nominal antecedente (SN1) *une église* e os sintagmas nominais anafóricos (SN2) *le clocher / les vitraux*:

(1) Au loin, on apercevait *une église*. *Le clocher* était illuminé, *les vitraux* brillaient¹.

Na *Introdução*, Kleiber pergunta por que esse fenômeno, descoberto há décadas, demorou tanto para tornar-se objeto de um estudo monográfico; para ele, a resposta deve ser buscada no fato de que a anáfora associativa nunca recebeu um tratamento específico: nos primeiros trabalhos de lingüística textual, teria sido sempre tratada como um aspecto do funcionamento do artigo definido; mais recentemente, teria sido encarada como um mecanismo de coesão textual que, à semelhança de tantos outros, se explicaria como um aspecto não diferenciado do tratamento cognitivo dos textos. Ora, na opinião de Kleiber, a AA

... ne met pas seulement en jeu, comme tout phénomène anaphorique, des processus cognitifs liés à la connaissance, des stratégies interprétatives guidées par la géographie saillancielle des discours, mais implique également, de façon cruciale, un niveau sémantique, qui se manifeste par des contraintes sur les expressions employées, l'orientation du processus, le type d'entités impliquées, les relations associatives autorisées, etc. (p.4)

* Como docente da Universidade Estadual de Campinas, a Profa. Dra. Ingedore G.V. Koch sempre disponibilizou, com extrema generosidade, a seus colegas e alunos, os textos mais recentes a que ia tendo acesso enquanto especialista em Lingüística Textual. Foi o caso deste livro de Kleiber que, provavelmente, só conheceríamos muito mais tarde, dada nossa condição de textualistas-aprendizes. Ao incluir esta resenha neste volume de homenagem, esperamos que ela contribua para chamar a atenção de mais colegas e alunos para um dos temas de interesse da Profa. Ingedore, numa das tantas áreas em que ela é uma voz serena, influente e respeitada.

¹ A numeração dos exemplos é própria desta resenha, não seguindo, portanto, à numeração estabelecida por Kleiber.

Não há, portanto, esperança de explicá-la em termos cognitivos, e isso explica o objetivo geral e a metodologia que serão adotadas pelo livro: o objetivo consiste em elaborar critérios que permitam delimitar explicitamente o fenômeno de maneira a dar conta das intuições a respeito de sua especificidade; a metodologia, anuncia o autor, consistirá em um minucioso trabalho de comparação em que as seqüências discursivas serão tomadas aos pares e descritas por contraste. Para tornar mais segura essa análise, (que o próprio Kleiber compara ao estudo de pares mínimos), serão neutralizadas as possíveis interferências de fatores ainda mal conhecidos, pela opção – que Kleiber considera polêmica, mas defensável – de trabalhar apenas com exemplos fabricados.

A tarefa de construir uma definição para a AA aparece desde o subtítulo do 1º Capítulo (“Du large à 1’ étroit”) como uma tarefa de delimitação. Nesse capítulo, Kleiber anuncia que sua definição será estreita. Isso equivale a dizer que a AA é uma espécie do gênero mais amplo das anáforas “indiretas” (isto é, das anáforas em que não há correferência). O que distingue as AAs, no interior desse gênero mais amplo, é o fato de que respondem a alguns critérios suplementares, quatro ao todo:

- (a) há introdução de um referente novo (em (1), trata-se do sineiro e dos vitrais, não mencionados anteriormente);
- (b) há menção prévia de um outro referente (no caso, a igreja);
- (c) o referente novo é apresentado como conhecido;
- (d) no processo como um todo, as construções lingüísticas desempenham um papel fundamental.

Todo o primeiro capítulo é dedicado a explicitar esses critérios e justificar sua adoção.

Como outros tipos de anáfora, também a associativa é um procedimento “de saturação” (isto é, de identificação de referentes), mas os critérios (a), (b) e (c) garantem que a saturação será obtida ao cabo de um percurso muito particular, e é isso que permite contrastar seqüências como (1), caso típico de AA, com (2), que é um caso de **anáfora fiel** (onde há saturação contextual, mas não há introdução de um referente novo), e com (3) onde há introdução de um referente novo, mas não há anáfora:

(2) Paul est entre. Il portait un chapeau.

(3) Les policiers inspetèrent la voiture. Une abeille gisait morte sur lê tableau de bord.

Ao discutir o critério (d) – importância dos fatores lingüísticos – Kleiber estabelece uma forte ligação entre AA e definitude. Segundo ele, não há AAs introduzidas por um indefinido: as seqüências que à primeira vista serviriam como contra-exemplo, como (4), são na verdade a exceção que confirma a regra, porque se interpretam por um raciocínio que obriga por restabelecer o artigo definido e acaba por qualificar o indefinido como um partitivo.

(4) Les policiers inspectèrent la voiture. Une roue était pleine de boue (une roue = une des roues).

Também não há anáforas associativas com outros determinantes definidos além do artigo – o que exclui do caso da AA seqüências como (5) e (6), :

(5) Il faut bien nourrir les grévistes qui n'ont trouvé que ce moyen (i.e. la grève) pour s'opposer au président togolais.

(6) Il s'était retrouvé au chômage et avait mal accepté cette déchéance.

Em suma, Kleiber entende que na AA o artigo definido é um ingrediente essencial, cuja presença no segundo SN ressalta o fato de que seu referente desse SN2 é apresentado como conhecido, além de atribuir-lhe um grau de acessibilidade determinado, diferente do que se espera quando o SN2 contém um pronome ou um demonstrativo.

A análise que Kleiber faz do critério (b) (menção prévia a um outro referente) leva a atribuir a toda AA um caráter de “acomodação”: dito de outra maneira, a AA deixa sempre por conta do intérprete a tarefa de suprir alguns elementos necessários à interpretação, que o texto não fornece. Nesse sentido, a AA é inferencial, mas isso não é motivo para identificá-la com outros tipos de anáfora em que se exige um raciocínio inferencial. É que, na visão do autor, ao contrário das anáforas indiretas em geral, que podem mobilizar os conhecimentos mais variados, as AAs mobilizam sempre inferências de um tipo muito particular, cujo fundamento é, num sentido a ser esclarecido, lexical-estereotípico.

O primeiro capítulo fecha-se com um balanço, em que se ressalta a necessidade de caracterizar melhor a natureza lexical-estereotípica das AAs; fica assim anunciado o tema do capítulo seguinte.

No Capítulo 2 (“Le statut stéréotypique de la relation associative”), Kleiber analisa mais a fundo a natureza **léxico-estereotípica** da relação que une o anafórico e o antecedente numa AA. Para dar conta dessa tarefa, ele caracteriza a posição que pretende combater. Trata-se da posição **discursivo-cognitiva**, que será representada na exposição de Kleiber pelas idéias e escritos do linguísta Michel Charolles – mais particularmente por uma série de análises propostas por esse linguísta para seqüências de sentenças que, supostamente, seriam exemplos paradigmáticos de AA. A forte presença de Charolles e o exame minucioso a que Kleiber submete os mesmos exemplos, levantando outras possibilidades de análise, dão ao capítulo um caráter de interlocução direta, de debate ao vivo, que é sempre marcado por muita agudeza, e conduz o leitor por uma série de distinções sutis. Mas as duas posições que se contrapõem neste capítulo são, em si mesmas, extremamente claras.

Para introduzir a **posição léxico-estereotípica** que defende, Kleiber utiliza como exemplo paradigmático a seqüência (7), onde SN1 = *un vieux tilleul* e SN2 = *le tronc*:

(7) Il s' abrita sous un vieux tilleul. Le tronc était tout craquelé.

O que torna paradigmática essa seqüência é que, embora ela institua um nexo entre dois referentes específicos, o faz, segundo Kleiber, no nível do tipo, ou seja, de maneira genérica. Em outras palavras, se ficamos sabendo que o tronco de que se fala na segunda sentença é o da velha tília, não é porque conhecemos aquela velha tília, mas

porque sabemos que toda tília tem um tronco; na segunda sentença, apenas o predicado *était tout craquelé* introduz propriedades específicas. Segundo a posição léxico estereotípica, a menção do antecedente ativa no interlocutor um conhecimento estereotípico do referente e das propriedades que lhe são associadas. Seria esse o caso para *le tilleul*. Quando, adiante no texto, o leitor se depara com a expressão *le tronc* o referente novo introduzido por esse SN2 pode ser encontrado como parte de um esquema de inferência já estabelecido pelos conhecimentos associados a *tilleul*. Ou seja: a tese léxico-estereotípica lança mão de um modelo inferencial ‘descendente’, que vai do antecedente à expressão anafórica.

Os argumentos de Kleiber para adotar esse enfoque são sobretudo dois: 1) para que possa haver AA, nem SN1 nem SN2 precisam ter um referente específico, como se vê em (8)

(8) Un livre est bom si la préface est bonne;

2) a introdução de referentes que não fazem parte do estereótipo torna mal formada a seqüência, como mostra a comparação entre (9) e (10) (segundo Kleiber, e segundo a maioria dos franceses, é normal esperar que em cada aldeia - *village* - haja uma igreja-*église* -, mas não é próprio dos vilarejos terem grandes lojas de departamentos – *grand magasin*).

(9) ? Nous arrivâmes dans un village. Le grand magasin était fermé.

(10) Nous arrivâmes dans un village. L’ église était fermée.

Tal como a caracteriza Kleiber neste capítulo, a posição discursivo-cognitiva se contrapõe à léxico-estereotípica antes de mais nada por adotar um esquema inferencial ‘ascendente’, ou seja, a inferência não é provocada quando da menção de SN1, e sim no momento em que aparece SN2, e é o resultado de reconhecer entre as duas entidades uma relação não convencional, contingente àquele discurso. O que dá origem à AA não é, então, o fato de que, ao encontrar o anafórico, o intérprete já conta com um conhecimento convencional previamente ativado pela menção do antecedente. Os partidários da posição discursivo-cognitiva reconhecem a necessidade de uma volta ao antecedente, mas esta volta seria regulada por um princípio genérico de “sequential aboutness”, pelo qual o que se diz em seguida sempre diz respeito de algum modo àquilo que foi dito antes.

O debate entre as duas posições ocupa, grande parte do capítulo 2, e, conforme já antecipamos, faz-se a propósito de exemplos. Muitos desses exemplos são extraídos de escritos de Charolles, que os analisou como anáforas associativas mostrando, ao mesmo tempo, que o nexa convencional exigido pela tese léxico-estereotípica não existe.

(11) Un pâtre à ses brebis trouvant quelque mécompte / Voulut à toute force attraper le larron (La Fontaine, VI, 1)

(12) La vieille dame vivait retirée. Elle mourut dans des circonstances mystérieuses. Le meurtrier n’a jamais été trouvé.

(13) Jean **a été assassiné** hier. **Le couteau** a été trouvé à proximité.

(14) Je suis entré dans **une pièce**. **Les chandeliers** brillaient vivement.

(15) Sophie **dormait**. **Le journal** était tombé au pied du lit. **Le cendrier** était plein à ras bord.

É indiscutível que, em casos como esses, o nexos antecedente/anafórico não é convencional. Diante desses aparentes contra-exemplos, Kleiber encara a árdua tarefa de convencer o leitor de que eles não abalam os fundamentos da tese léxico-estereotípica, seguindo um de dois caminhos possíveis: 1) mostrar que os exemplos analisados não são, afinal, casos de AA; 2) mostrar que há, sim, AA, mas que a impressão de um nexos não passava, afinal, de um equívoco: o nexos estereotípico existe, sim, e uma análise mais cuidadosa o faz aparecer.

O primeiro caminho é o que ele segue para analisar (15): entendemos, é claro que o jornal (*le journal*) referido na segunda sentença é o jornal que Sophie estava lendo ao adormecer; mas essa definitude não se origina, para Kleiber, no verbo da primeira sentença; é do mesmo tipo que se encontraria em frases como “*Tu as vu le journal aujourd’hui?*” ou “*Vous avez le journal à la maison?*” Em outras palavras, em (15) não há para Kleiber uma ligação convencional entre antecedente e anafórico, mas também não há AA: suas hipóteses sobre o fenômeno estão salvas.

A segunda estratégia é a que Kleiber utiliza em sua reanálise de (12) e (14): com certeza, nem todo assassinato é perpetrado por meio de uma faca (*couteau*) e nem todo cômodo (*pièce*) em que se entra é decorado com candelabros (*chandeliers*). Mas é possível assimilar esses casos pensando, com Wierzbicka (1985), em dois níveis de estereotípia: o dos componentes prováveis, correspondentes à instrução *Imagining things of this kind, people would say these things about them*, e o dos componentes possíveis, correspondentes à instrução *Imagining things of this kind, people could also say these things about them*. A presença de um candelabro num quarto ou de uma faca num assassinato enquadra-se no caso dos componentes possíveis, e a prova é que não levam a um todo incoerente; ficam salvas, mais uma vez, a idéia de estereotípia e a explicação dada para as AAs.

Kleiber pode, em suma, concluir que a posição léxico-estereotípica saiu reforçada desse round de discussões com Charolles; tal como se configura à altura da página 140, esta posição pode ser resumida em quatro pontos, segundo os quais a relação em que se fundamenta a anáfora associativa: 1) é prévia ao texto (não é instaurada por ele); 2) pode ser afirmada entre referentes de um certo tipo em termos genéricos; 3) se estabelece entre dois referentes distintos mencionados no mesmo texto; 4) não tem origem situacional.

Bem caracterizadas as duas posições – a léxico-estereotípica e a que atribui todos os poderes ao texto – Kleiber recusa a possibilidade de uma posição intermediária, que estabelece à primeira vista um compromisso interessante entre as duas, mas que, de fato, daria força total à tese cognitivo-discursiva. Começa aqui um novo “round” de discussão com Michel Charolles, que visa a recusar duas teses que se completam reciprocamente: 1) que as AAs engajam o intérprete na procura de nexos de AA em níveis de dificuldade diferentes; 2) que a tese léxico-estereotípica tem aplicação, mas apenas nos níveis mais simples. A primeira dessas teses é discutida a propósito de exemplos como:

(16) Nous arrivâmes dans un village. L’eglise romane était située sur une colline

(17) Matthew et sa soeur ... décident d' adopter un garçon, auquel ils comptent léguer leur propriété ... l' orphelinat se trompe et leur propose à la place une petite fille espiègle...

Para Charolles, as interpretações possíveis para o exemplo (16), e até mesmo a possibilidade de reconhecer nele um caso de AA, dependem do contexto: por exemplo, um contexto em que se relata uma excursão que consistiu em visitar as relíquias românicas da região permite estabelecer sem problemas uma relação de anáfora associativa entre *village* e *église romane* que não seria possível em contextos mais pobres, (por exemplo, num contexto que se limita precisamente às duas sentenças de (16)). Charolles também avalia os efeitos que teria, em (17), a substituição de *l'orphelinat* por *la compagnie des eaux, la caserne, la banque* e conclui que a ocorrência dessas diferentes palavras faz com que varie o grau de dificuldade da interpretação da seqüência: é bem mais fácil encontrar um nexa entre *adopter* e *orphelinat* do que entre *adopter* e *compagnie des eaux*. Tudo isso estaria a indicar que a busca de nexos anafóricos deve considerar diferentes níveis de dificuldade.

Ora, segundo Kleiber, a proposta de Charolles reduz a hipótese léxico-estereotípica a um “pis aller”, um mecanismo “default”: a relação léxico-estereotípica seria usada nos contextos mais pobres, mas seria suplantada por soluções mais elaboradas nos contextos que permitem ir mais longe na busca de informações relevantes; então, imaginando um contexto apropriado, conseguiríamos sempre “recolocar de pé anáforas associativas mal enjambradas”, o recurso a um contexto apropriado produziria sempre uma boa anáfora associativa em seqüências à primeira vista problemáticas. Não é isso, porém, o que acontece segundo Kleiber. Numa longa passagem de análise, ele trata de seqüências problemáticas como as seguintes:

(18) Nous arrivâmes dans **un village**. **Les églises** étaient situées sur une hauteur

(19) Paul posa **son saxophone**. **L'anche** était ébréchée

(20) **Une lettre** attendait Sheslock Holmes. **Le serveur** devait l'avoir montée de bonne heure.

(21) Egon a capturé un fantôme et l' a mis dans **la cave**.

para mostrar que a relação de anáfora presente nessas seqüências não abala sua explicação léxico-estereotípica da anáfora associativa, porque a interpretação relevante 1) lança mão de elementos situacionais (e então não há AA), ou 2) faz aparecer uma relação estereotípica que, à primeira vista, era pouco evidente. São, como se pode ver, as mesmas estratégias que já haviam sido usadas para justificar a adesão do autor à tese léxico-estereotípica.

A reflexão que encerra este segundo capítulo é dedicada a avaliar se a definitude/indefinitude do antecedente condiciona de algum modo a AA. Kleiber defende nesta reflexão que o antecedente que melhor ilustra a natureza da AA é do tipo *un N*. O antecedente indefinido é apropriado para estabelecer uma ponte estereotípica entre o antecedente e a expressão anafórica, pois carrega uma informação que não é individualizada. Dessa maneira, a saturação se dá pelo conhecimento estereotípico proporcionado pelo antecedente, e não pelo conhecimento dos referentes, que não é necessariamente acessível a todo interprete do texto. O uso do indefinido exclui o estabelecimento de relações de conhecimento particulares, pressupondo uma relação

genérica que faz com que o referente seja compreendido por qualquer intérprete, bastando para isso a forma lingüística.

Kleiber adverte, porém, que a presença de um antecedente do tipo *Le N* não exclui a realização da AA. Para ele, pode haver anáfora associativa com antecedentes definidos, mas, nesses casos,

si nous optons pour la solution de l'anaphore associative c'est parce qu'il serait contre-intuitif d'appréhender le référent de l'expression anaphorique, c'est-à-dire la "partie" comme un référent qui serait connu autrement que par le fait qu'il s'agit d'une partie stéréotypique du référent (p.163)

Com observações deste tipo, Kleiber adianta a questão da *alienabilidade*, que será aprofundada no Capítulo 4.

Como indica o título ("Orientation et transitivité"), o terceiro capítulo compõe-se de duas partes bem distintas, em que se trata, respectivamente, a) da **orientação** que a anáfora associativa adota, e b) o da sua possível **transitividade**. Em ambos os casos, a posição de Kleiber é categórica, mas não faltam textos que poderiam ser apontados como contra-exemplos a suas posições. Como se poderia esperar, esses aparentes contra-exemplos são analisados e desqualificados um a um. Aqui, como em outras passagens, a análise de Kleiber vai além da mera descrição: as generalizações descritivas são retomadas por uma reflexão que as representa como decorrência da lógica interna dos fenômenos estudados: um dos objetivos do capítulo será o de mostrar que as respostas dadas aos problemas da orientação e da transitividade são perfeitamente compatíveis com a lógica interna da AA.

O problema da **orientação** diz respeito não à ordem linear em que se estabelece o nexos anafórico no texto, onde o termo desencadeador sempre precede o anafórico, mas à possibilidade de o termo desencadeador indicar a parte e o anafórico o todo (num sentido intuitivo e amplo de "parte" e "todo"), como parece ocorrer em (22), (23), ou, ainda, em (24):

(22) *Le pied est abîmé, mais la chaise est toujours solide*

(23) *Ils distinguèrent d'abord un toit, puis s'approchèrent de la maison*

(24) *Les archéologues découvrirent d'abord une dent. Le squelette tout entier ne fut dégagé que le lendemain.*

Contra a aparente evidência desses exemplos, Kleiber afirma que não há AA em que o termo desencadeador representa a parte, e o anafórico o todo. A orientação parte-todo não é problemática do ponto de vista cognitivo, mas isso não prova que ela possa aparecer numa AA. Para mostrar que seria um equívoco argumentar o contrário, ele lembra um caso bastante conhecido em que fica bloqueada uma relação anafórica cognitivamente tranqüila:

(25) *Paul a adopté un chat. L' animal... / Cet animal...*

(26) **Paul a adopté un animal. Le chat / Ce chat...*

(27) ** Paul est allé voir un avocat. Cet avocat de 35 ans...*

O que torna anômalas as seqüências (26) e (27) é o fato de o anafórico ser mais informativo do que o termo desencadeador. Essa não é uma restrição de ordem cognitiva ou interpretativa, mas sim uma condição que afeta a anáfora como fenômeno lingüístico; é, em suma, da mesma natureza que as condições que dizem respeito a possíveis modos de acesso aos referentes expressos pela escolha dos determinantes.

Retornamos assim a um terreno caro a Kleiber, o da semântica da anáfora, onde os determinantes desempenham um papel essencial. Um importante desenvolvimento deste capítulo é dedicado analisar casos de orientação parte-todo, mostrando que os determinantes não são os esperados na AA. São exemplos como:

(28) * Une préface est courte, mais le livre est bref

a mostrar que é impossível *avoir en tête le SN de la partie avec un déterminant indéfini*, ou ainda como:

(29) Le / *un feuillage est touffu, mais l' arbre donnera quand même beaucoup de fruits

(30) Les pneus étaient trop lisses. La voiture a dérapé.

que são seqüências caracterizadas pela presença do artigo definido nas duas posições, a mostrar que o todo é identificado independentemente da parte, e que é ele quem identifica a parte, e não vice-versa.

Os autênticos exemplos de orientação parte-todo são, por definição, aqueles em que a parte vem antes, expressa por um sintagma nominal indefinido, e o todo vem em seguida, expresso por um sintagma nominal definido. Além do mais, a parte deve ser tal que permite identificar inconfundivelmente o todo, pelo simples fato de ser citada. Esses exemplos existem? A resposta geral a que chega Kleiber na seção 4 do 4º capítulo é que sim, mas as condições são tão pesadas que o caso acaba sendo raro. Ao passo que um referente pode sempre ser identificado como um todo – pela referência a seus ingredientes prototípicos – dificilmente o será como parte prototípica de um todo maior. É por isso que, para um francês, a idéia de piquenique evoca quase automaticamente a de cerveja (*bière*), mas a de cerveja não evoca com a mesma facilidade a de piquenique (a respeito das seqüências *Paul et Marie ont invité leurs amis à un pique-nique au bord de la mer. C'était magnifique, à part la bière qui était trop chaud* e *Paul a bu une bière. Le pique-nique était agréable*, respectivamente, os exemplos 38 e 38 da página 198) . A AA, que depende dessa relação prototípica para identificar o referente do anafórico, resulta mais viável para a orientação todo-parte, a menos que a parte seja capaz, por definição, de evocar o todo a que pertence, ou seja, que possa ser definida conceptualmente em relação a esse todo.

A esta condição, chamada de *inalienabilidade*, será dedicado o capítulo 4. Mas Kleiber não perde a oportunidade de mostrar que ela ajuda a esclarecer os casos de (29) e (30): tanto em (29) como em (30), o SN indefinido que identifica a parte na primeira sentença só é possível porque a parte, até o final da primeira sentença, é representada como avulsa, isto é, alienada do todo, que só será citado em seguida. Aqui, a parte e o todo são efetivamente mencionados em sentenças sucessivas, mas entre os dois

segmentos do texto há, por assim dizer, uma disjunção; e o contexto descreve uma ampliação do campo perceptual que permitirá modificar essa situação de alienabilidade.

O segundo problema de que se trata no capítulo 3 é o de decidir **se a anáfora associativa é uma relação transitiva** – no sentido lógico em que se diz que uma relação R é transitiva quando se pode estabelecer que de aRb e de bRc decorre automaticamente que aRc. A resposta de Kleiber é categoricamente negativa, o que significa que, dada uma seqüência como:

(31) Nous entrâmes dans le village. L'église était ouverte. L'autel était recouvert de fleurs

não faz sentido esperar que a sentença do meio possa ser omitida e, ainda assim, resulte num texto compreensível.

Kleiber não está sozinho na afirmação de que a AA não é transitiva, mas os motivos que o levam a tomar essa posição não são os mesmos de outros autores. Ele, por exemplo, não julga suficiente a explicação de Schnedecker e Berendonner de que a transitividade levaria à criação de pontes inferenciais demasiado longas, ou demasiado aleatórias; além disso, considera insuficiente dizer que a dificuldade reside no caráter prototípico da relação estabelecida ou que “ser uma parte privilegiada de” não é uma relação transitiva (outros autores, como Charolles e Miéville registraram que, embora a porta seja uma parte privilegiada da casa, e a maçaneta seja uma parte privilegiada da porta, a maçaneta não é uma parte privilegiada da casa) à diferença da relação parte-todo estabelecida em termos físicos, que o é. Esses autores teriam demonstrado de maneira convincente que a relação parte-todo, tal como se estabelece entre itens lexicais, não é, de fato, transitiva, mas com isso, longe de solucionar o problema, eles teriam apenas acrescentado um novo mistério à lista de dúvidas pré-existente.

Esta lista compõe-se, para Kleiber, de cinco perguntas distintas, que, para maior clareza, retomamos aqui na formulação do próprio autor (note-se que três dessas perguntas - Q1, Q3 e Q4 - visam à especificidade da AA, ao passo que duas outras procuram explicar o contraste com as anáforas por hipo/hiperonímia):

Q1 – Como explicar a obrigação de não-transitividade que pesa sobre a AA?

Q2 – Por que não existe obrigação de não-transitividade para as anáforas por hipo/hiperonímia?

Q3 – Em que condições a AA pode ser transitiva?

Q4 – Por que a relação lexical parte-todo não é transitiva?

Q5 – Por que a relação lexical de hipo/hiperonímia é transitiva?

A todas essas perguntas, Kleiber procura responder a partir de uma “reinterpretação”, ou seja, tomando posição em relação ao problema como um todo. Em resposta a Q1, observa que aplicar a transitividade ao caso da AA obrigaria a lançar mão de entidade(s) intermediária(s) ao mesmo tempo novas e conhecidas, salientes e implícitas, o que é contraditório. Em resposta a Q2, lembra que as anáforas por hipo/hiperonímia são sempre anáforas fiéis. Falar em transitividade nesses casos seria o mesmo que querer reconhecer dois mecanismos semânticos diferentes em *Paul attache le labrador. Le chien avait faim e Paul attache le labrador. L' animal avait faim*. Para

Kleiber, é evidente que o fundamento semântico dessas duas anáforas é o mesmo; ambas aliás põem em jogo um único referente, o que as distingue das AAs. Em resposta a Q3, argumenta no sentido de que os exemplos em que outros autores quiseram reconhecer casos de AAs transitivas (são exemplos como *Charlotte regardait avec envie le chemisier blanc G.Rech dans une vitrine. Les poignets étaient bordés d'un galon noir*; em que a interpretação por transitividade explicaria a passagem de *chemisier* a *poignet* pelo elo intermediário *manche*) são de fato casos de AA ortodoxa (uma prova seria a possibilidade de dizer *le poignet du chemisier*, ao passo que não se diz *l'autel du village*). Como resposta a Q4 e Q5, Kleiber sustenta que só há transitividade quando as relações são simétricas: a relação lexical de hipo/hiperonímia seria simétrica; a relação lexical de parte/todo não seria.

Nem tudo é óbvio nessa argumentação de Kleiber. Ela obriga o leitor, entre outras coisas, a aceitar (se não assimilar) uma noção de simetria bem mais complexa do que aquela que seria encontrada em qualquer manual de lógica (uma relação R é simétrica se de aRb se pode inferir que bRa) e a tentar delimitar por sua própria conta o conceito de *holônimo*. Seja como for, nas últimas passagens do capítulo 3, o foco da discussão se desloca para a relação parte/todo, e fica claro que há muito a descobrir a respeito dessa relação, que será assunto do próximo capítulo.

No 4º Capítulo (“La relation associative: condition d’aliénation et principe de congruence ontologique”), Kleiber retorna ao problema da natureza da relação que liga os dois referentes de uma AA. O primeiro passo nesse sentido é precisamente ir além da relação parte/todo, pois, não obstante ter sido mencionada várias vezes nos capítulos anteriores em conexão com a AA, a relação parte/todo não vale por um critério de definição (há AAs em que não se aplica; há casos em que sua presença não leva a uma AA bem sucedida). Kleiber propõe-se a responder uma pergunta bem mais específica: “Que partes de um todo como um carro, uma pessoa, uma árvore ou uma caneta-tinteiro são candidatas ao status de referente de uma AA, e em que condições?” A resposta apela para “condição de alienação” mencionada no título; e a condição de alienação, para ser satisfeita, pode por sua vez exigir que os dois referentes tenham um status ontológico análogo, ou seja, que sejam ontologicamente congruentes (é a outra noção anunciada no título). A elaboração dessas duas noções corresponde à parte central do capítulo, mas não é a única nem a primeira aí tratada. A seção que Kleiber lhe dedica é preparada por uma longa análise de dados, e é seguida por uma passagem de aplicação. Assim se explica a estrutura do capítulo: três partes sucessivas em que 1) analisam-se dados; 2) formulam-se aqueles dois princípios abstratos; 3) confere-se como os princípios explicam os dados.

Os “dados” analisados na primeira parte do 4º capítulo, cerca de 60 seqüências no total, são, mais uma vez fabricados ou propostos por outros pesquisadores de orientações diferentes. Kleiber os reuniu em quatro grandes grupos de modo a avaliar os problemas que surgem para a AA em quatro situações: 1) quando o referente do antecedente é animado; 2) quando o anafórico recupera uma “propriedade”; 3) num “momento” ou “etapa do referente do antecedente”; 4) quando o anafórico remete à “matéria” de que é feito aquele referente. Em cada grupo, alguns exemplos funcionam como casos paradigmáticos, e Kleiber os analisa em contraste com os casos mais

tranqüilos de AA (por exemplo, os que relacionam a tília - *tilleul* - e o tronco - *tronc* -, ou igreja - *église* - e torre campanária). Esses mesmos exemplos paradigmáticos servem também como o ponto em torno dos quais se aglutinam outros casos, menos claros, mas possivelmente sujeitos a uma mesma restrição: mediante aproximações desse tipo, Kleiber junta fatos à primeira vista disparatados (uma dessas aproximações leva, por exemplo, a mostrar que, para efeito de anáfora, o francês dá o mesmo tratamento gramatical à roupa que se veste e às partes do corpo).

O saldo dessa longa passagem de análise é um conjunto de perguntas intrigantes e difíceis:

- a) por que a AA fica bloqueada se o anafórico identifica uma das partes de um antecedente animado? (contrastar: ? *Max entre, les yeux sont hors des orbites.* / (OK) *Il s'abrita sous un vieux tilleul, le tronc était tout craquelé*)
- b) por que o bloqueio descrito em a) desaparece se tudo é dito numa só sentença? (contrastar as duas sentenças acima com (OK) *Max entre, les yeux hors des orbites*)
- c) por que o AA fica bloqueado se o anafórico fala de uma propriedade do antecedente? (contrastar: *Paul aime sa voiture.* ? *Le confort est extraordinaire* / (OK) *Son confort est extraordinaire*)
- d) por que a AA fica bloqueada se o anafórico fala de uma ação ou “fase da vida” do antecedente? (contrastar: *Marie est une vieille haut-rhinoise. Sa / *La naissance a eu lieu avec le siècle; Max entre. Sa / *La voix réveille toute l'assemblée*)?
- e) por que a AA fica bloqueado se o anafórico indica a matéria de que é feito o antecedente (cp. ? *Il y avait une valise sur le lit, le cuir était rouge*)?

A segunda parte do capítulo visa a dar uma resposta de conjunto a todas essas perguntas, mediante a condição de alienação. Vejamos como.

Kleiber chega à idéia de alienação comparando exemplos de anáfora fiel, em que o anafórico é um SN por assim dizer completo (onde o antecedente foi recuperado na forma de adjuntos e orações relativas) e exemplos de AA, em que o anafórico se reduz a um nome sortal precedido pelo artigo definido (contrapor: *Il s'abrita sous un vieux tilleul, le tronc du vieux tilleul était tout craquelé* / *Il s'abrita sous un vieux tilleul, le tronc était tout craquelé*). A diferença não pode estar obviamente na definitude (pois há definitude em ambos os casos), nem na possibilidade de identificar o referente ao fim e ao cabo, mas em como o referente é identificado. Na AA, o referente de SN2 seria sempre percebido como um objeto considerado em si mesmo, independente de quaisquer outros objetos. (A imagem que corresponde a isso é a de uma filmadora que, depois de mostrar a árvore, focaliza em primeiro plano o tronco). É a essa independência de identificação que Kleiber chama de alienabilidade.

De maneira não totalmente surpreendente, Kleiber afirma que o tipo de expressão lingüística usada para construir expressões referenciais afeta a possibilidade de chegar a referentes “alienados”. Um dos exemplos que ele dá envolve as palavras marido - *mari* - e habitante - *habitant* -, brancura - *blancheur* - e explosão - *explosion* -, e nariz -

nez - e volante - *volant* -. Igualmente “categoremáticas” (como mostra a presença logicamente necessária de um complemento com *de*), essas palavras remetem a objetos cujos estatutos ontológicos seriam diferentes, por um raciocínio que é mais ou menos o seguinte: a cor é sempre a cor de um objeto, não subsiste quando o objeto desaparece. O mesmo acontece com o volante de um carro, que não subsiste se desaparecer o carro. Seria diferente o caso de alguém que é caracterizado como habitante ou como marido, pois ser habitante é sempre ser habitante de alguma localidade, mas um habitante não depende da localidade para subsistir ontologicamente; ele pode subsistir como indivíduo.

Para objetos que não subsistem ontologicamente sem ligar-se a outros, a alienabilidade não é óbvia, e é aqui que entra a congruência ontológica, que funciona então como uma espécie de condição prévia para a alienabilidade: há alienabilidade quando os dois referentes têm a mesma natureza ontológica. O volante e o carro, que têm matéria e forma própria, são ontologicamente congruentes, por isso o volante pode ser alienado em relação ao carro de que faz parte. A cor, que não tem matéria própria, mas apenas uma forma, tomada do próprio objeto, não tem o mesmo estatuto ontológico que este último, não é com ele congruente e não pode satisfazer a condição de alienação. Muito resumidamente, a idéia é essa.

A última parte do capítulo retoma os “dados” da primeira tentando explicá-los à luz dos princípios elaborados na segunda. O uso da noção de incongruência ontológica para explicar os bloqueios observados quando o SN2 faz referência a segmentos temporais, matéria, forma ou propriedades do referente de SN1 resulta em explicações satisfatórias e diretas para a maioria dos exemplos considerados (por exemplo, a impossibilidade de uma AA em *Nous avons utilisé ce théorème. La découverte est récente* decorre de maneira direta do fato de que *découverte* é uma entidade temporal, o que resulta em incongruência ontológica com *théorème*, que não é). Em alguns casos há, porém, necessidade de hipóteses suplementares, que se tornam elas próprias tema de discussão. Assim, o fato de haver AA em *Nous débarquâmes sur une plage. Le sable était brûlant*, onde *plage* é contável e *sable* massivo, é explicado pela hipótese de que SN2 recebe o traço + forma do substantivo que precede. Um fato análogo aconteceria em sentenças como *Paul caressa sa valise, le cuir était souple* ou *Paul vante sa voiture. Le poids est léger, le confort est extraordinaire*, etc. Aqui, por hipótese, são os verbos *caresser* e *vanter* que ativam uma “zona dos atributos”, o que permite um tratamento “alienado”.

Segundo Kleiber, de todas as construções analisadas no capítulo, as que mais resistem a uma explicação são aquelas em que SN1 é um animado, e SN2 indica uma parte de seu corpo. Um dos mistérios dessa relação parte-todo é que ela não cria problemas de boa formação quando a parte é retomada numa “construção absoluta” (ex. *Une femme rêvait, les yeux fermés*). Kleiber assinala que para esse mistério foram propostas explicações sintáticas, baseadas na teoria de Regência e Vinculação, mas ele as recusa. Prefere pagar o preço de uma hipótese específica segundo a qual as “construções absolutas” “alienam uma parte” do referente animado porque funcionam como adjuntos de modo, o que o obriga a dedicar alguns parágrafos a estes últimos.

Ao concluir o capítulo, Kleiber ressalta a importância dos dois princípios nele discutidos. Lembra que eles estão em relação hierárquica e que organizam uma série de dados que antes pareciam disparatados. Sugere também que eles serão úteis para construir uma tipologia das anáforas associativas, antecipando assim que aqueles dois princípios marcarão presença nos últimos dois capítulos do livro, cujo propósito será, precisamente, tratar de AA numa perspectiva tipológica.

De fato, o objetivo declarado dos dois últimos capítulos, a crer em seus títulos, é o de mostrar que haveria pelo menos quatro tipos bem caracterizados de AA, aos quais Kleiber chama respectivamente de **meronímica**, **locativa**, **actancial** e **funcional**. Dedicando o 5º capítulo aos tipos meronímico e locativo, e o 6º aos tipos actancial e funcional, Kleiber sugere que essa tipologia em construção precisa articular-se em pelo menos dois patamares e, mais significativamente, cria as condições para uma análise comparativa em que determinadas semelhanças e diferenças (e não outras) passam para o primeiro plano. É que, contrariamente ao que se poderia esperar, neste capítulo de taxionomia, a principal estratégia de Kleiber é ainda a comparação: para entender a especificidade de cada um desses tipos não nos são de muita valia as denominações usadas para distingui-los (que são, na própria opinião de Kleiber, pouco confiáveis); teremos, ao contrário, que acompanhar o autor na paciente construção de uma série de distinções de natureza ontológica e na aplicação de uma série de testes que visam a explicitar funcionamentos lexicais e gramaticais. Nesta resenha, não é possível, mais uma vez, reconstituir os detalhes a argumentação, como sempre extremamente articulada. Limitamo-nos por isso a dar algumas amostras, e a mencionar algumas teses essenciais.

A **relação anafórica meronímica** é aquela que se verifica, por exemplo, entre *tilleul* e *tronc* na seqüência aqui citada como (7), e também entre *volant* (volante) e *voiture* (carro), em (32):

(7) Il s'abrita sous un vieux tilleul. Le tronc était tout craquelé.

(32) Une voiture s'arrêta. Le Volant était tordu.

Sempre que há essa relação meronímica, segundo Kleiber, o referente de SN2 é concebido como uma parte do referente de SN1, o qual, por sua vez, é entendido como um todo. Assim,

... le type d'entités de l'expression anaphorique (...) apparaît comme étant ontologiquement subordonné au type d'entités de l'expression antécédent (...) en ce que ses occurrences n'existent que comme composantes ou parties des occurrences de l'entité antécédent. La suppression de l'occurrence du tout antécédent entraîne également la suppression des occurrences des parties (...). Les occurrences des parties peuvent, certes, être aliénées (...) mais même dans ce cas elles gardent leur statut de parties d'un tout (...). (p.267/268)

É bem diferente dessa relação parte/todo, para Kleiber, a relação que se estabelece entre *village* e *église* em:

(33) Nous entrâmes dans un village. L'église était située sur une butte.

dado como exemplo paradigmático de **relação anafórica locativa**. Aqui, não há subordinação ontológica. As duas expressões são, ao contrário, referencialmente autônomas. Sobre essa autonomia dos respectivos referentes, Kleiber diz: *ils n'imposent pas qu'on les définisse par rapport à une entité et même si on les considère, lorsqu'ils sont dans tel ou tel espace ou lieu particulier (...), qu'ils font partie de ce lieu (...) ils ne sont pas pour autant sémantiquement des "parties" de ce lieu* (p.283).

A argumentação em que Kleiber fala de autonomia se prolonga em considerações sobre como a noção de parte entra obrigatoriamente na definição lexicográfica de certas palavras, ao passo que é inteiramente dispensada na definição de outras (por exemplo: é normal encontrar a noção de parte na definição de *asa* [de *xícara*] e *tronco* [de *árvore*] mas é inteiramente dispensável na definição de *igreja* – mesmo que uma igreja costume ser parte de uma *aldeia*). E a maneira como lidamos com definições resulta ser apenas um dos aspectos de nosso conhecimento não contingente sobre partes e todos. Outros aspectos desse conhecimento que Kleiber descreve são nossa capacidade de lidar com elementos canônicos e não canônicos de um todo, e de realizar generalizações que resistem à descoberta de contra-exemplos.

Em paralelo a essa argumentação de base ontológica ou lógica, Kleiber desenvolve outra, de natureza lingüística. Com a acuidade que lhe é peculiar nesse tipo de tarefa, ele mostra que as mesmas expressões que nomeiam merônimos canônicos ou facultativos e as que encontramos envolvidas nos dois tipos de AA estudados neste capítulo obedecem a restrições específicas quando passam a fazer parte de diferentes construções “gramaticais”. Eis alguns exemplos entre os muitos com que ele trabalha:

- *Le volant d' une voiture / L' arceau de sécurité d' une voiture / L' ours en peluche d' une voiture* (p.273)
- *La porte du réfrigérateur est abîmée / La viande du réfrigérateur est abîmée / Lé réfrigérateur, la porte en est abîmée / * la viande en est abîmée* (p.274)
- *Anse / Tasse - C' est l' anse d' une tasse / C' est une anse de tasse / Réfrigérateur / Cuisine - * C' est un réfrigérateur de cuisine / * le réfrigérateur d' une cuisine* (p.292).
- *Paul fit le tour de la cuisine. Le / *son réfrigérateur était en panne.* (p.310)
- *Un tronc de tilleul / * un réfrigérateur de cuisine* (p.311).
- *Le tilleul a le tronc craquelé / La cuisine a le réfrigérateur vide.*(p.312)

Não há como não reconhecer que a estratégia lingüística reforça a estratégia “ontológica”, sugerindo que a ontologia se revela (e se operacionaliza) numa série de fenômenos gramaticais que todo falante domina. Na realidade, as duas estratégias convergem para uma conclusão que não perde em força por ser, a esta altura, relativamente óbvia: os procedimentos de interpretação, mesmo que queiram adotar uma orientação “cognitiva”, precisam considerar o tipo de substantivos envolvidos, e as relações que os unem *a priori*.

Dando continuidade à tipologia das anáforas associativas, Kleiber discute no sexto capítulo os dois tipos de AA que ele denominou de actanciais e funcionais. A **anáfora associativa actancial** explica relações anafóricas que se estabelecem, por exemplo, entre *a été assassinée* e *le meurtrier* na seqüência:

(34) Une vieille dame a été assassinée. Le meurtrier n'a pas été retrouvé.

A ligação anafórica exemplificada nessa seqüência é associativa, uma vez que preenche os 4 critérios e “passa” pelo teste do indefinido. Mas é uma AA de tipo especial, já que se estabelece entre um predicado e um de seus argumentos ou actantes. Por **expressões anafóricas actanciais** Kleiber entende, pois,

... des expressions dont le référent correspond à un des arguments ou actants d'un prédicat déjà introduit dans le texte et dont la définitude provient précisément de ce rapport actanciel. (...) ils ne sont en somme “connus” ou si l'on veut “définis” que par leur intervention dans le schème prédicatif. (p.320)

Dessa característica, aliás, decorre outra, que também é específica das AAs actanciais: a existência de uma “orientação dependencial”, que é assim explicada:

étant une entité verbale, l'entité y des anaphores associatives actancielles est toujours une entité syncatégorématique (...). L'existence d'une de ses occurrences dépend de celle d'autres occurrences. On ne peut avoir une occurrence d'assassiner s'il n'y pas de personne qui assassine et de personne qui est assassinée. Les autres anaphores associatives ne connaissent pas une telle orientation dépendancielle. (p.337)

Era de esperar que Kleiber tentasse marcar a especificidade das AAs actanciais associando-as a fatos gramaticais. Esses fatos existem, como mostram estes exemplos:

- ? *Le meurtrier d'un assassinat* (= impossibilidade do SN binominal *Le N1 d'un N2*)
- ? *Un meurtrier d'assassinat*. (= impossibilidade do SN binomial *un N1 de N2*.)
- ? *Paul a coupé du pain et a posé son couteau* (*son* = de Paul / **son* = du coupage) - (= impossibilidade da “anáfora possessiva” *Son N2*).

A **relação anafórica associativa funcional**, objeto da segunda parte do capítulo é a que se estabelece, por exemplo, entre as expressões *village* e *maire* da seqüência abaixo:

(35) Nous entrâmes dans un village et demandâmes à voir le maire.

Kleiber mostra, em um primeiro momento, que as anáforas associativas funcionais estão próximas das expressões anafóricas associativas meronímicas e locativas e distantes das actanciais, pois: (a) não respondem à estrutura predicado-argumento destas últimas, mas a uma estrutura predicativa de dois argumentos; (b) podem configurar um sintagma binominal a partir da forma *Le Ni du Nj*, sendo *Ni* a expressão anafórica e *Nj* a antecedente, como *le maire du village*.; (c) podem formar um sintagma binominal com o membro proposicional indefinido – *Le Ni d'un Nj* – como *Le maire d'un village*; (d) apresentam a interpretação anafórica com possessivo – *Son Ni (un village/son maire)*; e (e) possibilitam seqüências bem formadas com *avoir*, expressas na forma *un/de Nj a un/de Ni*, tais como *un village a un maire*.

Uma outra característica das AAs funcionais diz respeito ao N anafórico que é, semanticamente falando, um N relacional, referencialmente não-autônomo. É que,

nestes casos, o referente de SN2 exerce uma função ou um papel em relação ao referente de SN1 (por exemplo, em (35) temos *x est maire de y, le village*). Assim, *le contenu sémantique indique qu'il s'agit d'un élément qui remplit une fonction ou un rôle caractéristique dans un ensemble* (p.347).

Há, como mostra Kleiber, várias características gramaticais que diferenciam as AAs funcionais das meronímicas, justificando a atribuição de um status diferenciado. Elas dizem respeito à distributividade (36), às possíveis maneiras de construir uma estrutura atributiva com *avoir* (37), e ao uso pronome adnominal *en* (38), presentes numa relação anafórica associativa no que diz respeito às primeiras (a), mas não às segundas (b):

- (36) a) Le tronc des arbres était tout craquelé.
b) L'auteur des ouvrages.
- (37) a) La voiture a le vonant (de) tordu.
b) ? Ce livre a l'auteur anglais.
- (38) a) Il s'abrita sous un tilleul. Le tronc em étai tout craquelé.
b) ?C'est um bom lycée. Le proviseur em est très habile.

O capítulo se fecha com um desenvolvimentos sobre dois fenômenos que, a despeito das aparências, precisam ser distinguidos dos casos de AA anteriormente estudados. O primeiro diz respeito aos nomes de parentesco. Para Kleiber, eles não se enquadram no tratamento da anáfora associativa por causa de seu estatuto relacional (que é converso ou recíproco - *si x est père de y, alors y est fils de x*), uma vez que a reciprocidade das definições exclui a possibilidade de encadeamento associativo, que requer que uma das entidades envolvidas se inclua na outra, unilateralmente. Mas pode não haver bloqueio quando os nomes de parentesco não funcionam sobre a dimensão relacional de reciprocidade (por exemplo, entre *famille* e *père*); quando o referente do antecedente é bem mais amplo que o do nome de parentesco (ex.: *famille* em oposição a *père*), ou quando o coletivo (ex. *famille*) é constituído de vários membros diferentes.

O outro caso refere-se a termos como *automobiliste*, *écrivain* e *cinéaste* que, sendo ao que tudo indica funcionais, não são bons SN2, enquanto alguns outros nomes semanticamente vizinhos, como *conducteur*, *auteur* e *metteur en scène* o são. Qualquer que seja a natureza da restrição que pesa sobre essas palavras, Kleiber mostra que elas estão sujeitas a alguns bloqueios gramaticais que afetam igualmente outros pares de substantivos que ficam excluídos da relação de anáfora associativa pois, não formam um SN binominal cujo segundo SN é indefinido, de acordo com a estrutura *Ni d'un Nj* (*Le conducteur d'une voiture/ ?L'automobiliste d'une voiture*); não ocorrem com adjetivo possessivo em um SN do tipo *Son Ni*. (*Son conducteur* – para “le conducteur de la voiture” ou “le conducteur d'une voiture”/?*Son automobiliste*.); não comportam a estrutura genérica com *avoir*: (*Une voiture a un conducteur* /? *Une voiture a un automobiliste*); e não geram encadeamentos bem formados com o pronome *en* (*C'est une bonne voiture, mais qui en sera le conducteur?* / **C'est une bonne voiture, mais qui en sera l'automobiliste?*).

Casos como estes, segundo Kleiber, reforçam a necessidade de reconhecer vários tipos de anáforas associativas e de basear na semântica lexical a explicação de seu funcionamento.

As últimas páginas do livro são de balanço. Depois de insistir que a anáfora associativa continua a ser um problema aberto, Kleiber cita, uma a uma, as principais teses que o livro permitiu consubstanciar, e distingue explicitamente dois tipos de resultados: 1) aqueles que confirmam resultados anteriores de sua pesquisa, questionados por autores que trabalham numa perspectiva cognitivo-discursiva; 2) aqueles que podem ser considerados novos, e certamente não seriam alcançados se ele não tivesse optado decididamente por uma abordagem semântica. Ele não tem dúvidas em encerrar o balanço declarando que o saldo é positivo, e essa é uma conclusão que nós, leitores, subscrevemos de bom grado.

Parece-nos com efeito que o propósito de mostrar que no funcionamento da anáfora associativa intervém uma pesada carga de elementos semânticos foi integralmente cumprido. Os fatos apresentados são até certo ponto novos e, às vezes, surpreendentes. Com isso, pode-se dizer que um dos efeitos deste estudo foi o de definir uma nova perspectiva na qual a AA pode ser observada, que não se confunde nem com as abordagens semânticas que a viram como um caso indistinto do uso do artigo definido, nem com a posição dos cognitivistas que tenderam minimizar o peso dos fatores lingüísticos em favor dos fatores contextuais e discursivos. Trata-se, por isso mesmo, de um texto que todo estudioso de lingüística textual precisaria conhecer, e alguns de nossos “textualistas” se sentirão provavelmente estimulados a investigar na mesma linha. Mas neste ponto é preciso alertar o leitor – e aqui estamos pensando no leitor brasileiro – para alguns aspectos desta leitura que, sem constituírem propriamente problemas do texto, podem funcionar em determinado momento como fatores de perplexidade e desestímulo.

1) Em primeiro lugar, é possível que alguns leitores estranhem o fato de que Kleiber mobiliza em alto grau a intuição lingüística do leitor e não sua capacidade de construir modelos ou representações formais dessa intuição. Muitos textos que fizeram sucesso nos últimos trinta anos, tendo os de frente a gramática chomskiana, acostumaram-nos a pensar que o lingüista lida sempre com intuições bastante claras, e que o lado problemático de seu trabalho é de reconstituir essas intuições, por definição claras, por meio de dispositivos formais. O livro de Kleiber solicita em alto grau nossa intuição; convida-nos constantemente a consultar nossa competência. Não o faz apenas para que descartemos como agramaticais ou marquemos como menos felizes determinados encadeamentos, mas também, e sobretudo, para que decidamos se um determinado encadeamento é “do mesmo tipo” que os casos de anáfora associativa tomados como paradigmáticos. Muito freqüentemente, uma explicação é rejeitada não por ser inverossímil ou contrária a nossas intuições, mas porque sua aceitação implicaria em uma ampliação excessiva do conceito correspondente. Em suma, o trabalho de Kleiber pode ser entendido como a **elaboração de uma definição**, e é possível que alguns leitores não se reconheçam hoje nessa maneira de fazer lingüística.

2) É possível também que alguns se espantem com seu método expositivo. Como diz o próprio Kleiber no início da Conclusão do livro, não foi sua intenção “dar uma lição de associatividade anafórica”. Isso determina a forma de exposição adotada, marcada sempre por uma forte preocupação de considerar possibilidades alternativas e de responder a possíveis interlocutores, e menos preocupada em ser sistemática ou

didática. Muitos leitores acharão talvez cansativa essa forma de exposição, que se compraz em polemizar com as posições adversárias em vez de expor categoricamente (dogmaticamente?) as teses que o autor defende, e os fatos que lhes servem de suporte. A disposição para aceitar objeções e tentar refutá-las, o retorno aos mesmos exemplos paradigmáticos, a reafirmação das próprias posições, definem certamente um estilo de pensamento. Essa lingüística *raisonnée* não é muito freqüente entre nós, portanto, pode ser necessário um certo esforço por parte do leitor formado em outras escolas para perceber que esse “estilo” não se confunde com prolixidade ou repetitividade.

3) Para o leitor brasileiro há, por fim, a dificuldade natural de ter que considerar a cada passo juízos de aceitabilidade que se referem a uma língua estrangeira. É óbvio, que o português, em muitos casos, cria uma interferência que falseia as avaliações. De fato, as traduções de muitas das seqüências de sentenças que apresentamos em francês nesta resenha, avaliadas por falantes brasileiros, receberiam uma avaliação diferente da de Kleiber. Isso cria, no mínimo, o problema de perguntar por que as explicações de Kleiber, que foram afinal elaboradas a partir de noções abstratas, que dizem respeito à natureza dos referentes e não à linguagem, se aplicam numa e não na outra das duas línguas consideradas (por exemplo, para o português, não vale a diferença entre *autor* e *escritor*, *cinasta* e *diretor* ou *automobilista* e *motorista* de que se fala no 6º capítulo). Trata-se de uma questão complexa, que pode estar mostrando que a tentativa de explicar a distribuição pela interação de condições abstratas que afetam os referentes e se exprimem através do léxico – que parecia ser um dos pontos altos desse trabalho de Kleiber – é afinal um mau negócio.

No ponto em que estamos, preferimos não tirar essa conclusão, e achar que um possível conflito entre explicações abstratas e distribuição apenas mostra a necessidade de investir urgentemente no estudo da gramática da anáfora (associativa) em português. É um projeto fascinante, para o qual o livro de Kleiber aponta caminhos de grande interesse.

Como gostaríamos de ter mostrado ao leitor.

RODOLFO ILARI
EDILAINE BUIN*
GRAZIELA ZANIN**
(Unicamp)

* A autora é doutoranda do Programa do Doutorado em Lingüística da Universidade Estadual de Campinas e desenvolve tese sob orientação da Profª Dra. Ingedore G.V. Koch.

** A autora é doutoranda do Programa do Doutorado em Lingüística da Universidade Estadual de Campinas e desenvolve tese sob orientação do Prof. Dr. Sírio Possenti.